



**CÂMARA DOS DEPUTADOS DO BRASIL**  
**GABINETE DA DEPUTADA TALÍRIA PETRONE**

**REQUERIMENTO N.º                   , DE 2026**

(Dep. Talíria Petrone)

Requer a realização de evento externo, na cidade do Rio de Janeiro, a fim de dialogar com a sociedade civil e instituições a partir do Seminário com tema “Zoneamento e Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana”.

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal, e dos arts. 24 e 255, ambos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de um evento externo pela Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial e pela Comissão de Desenvolvimento Urbano, a ser realizado na cidade do Rio de Janeiro, para debater o tema “Zoneamento e Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana”, com foco no debate acerca das questões territoriais envolvendo as comunidade tradicionais do estado do Rio de Janeiro.

Serão convidados para compor o debate:

- Ministério do Meio Ambiente e Mudança Climática
- Ministério da Igualdade Racial
- Ministério das Cidades
- Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania
- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)
- Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio)
- Instituto Estadual do Ambiente (INEA)
- Secretaria Estadual Meio Ambiente - RJ



- Secretaria Municipal do Meio Ambiente Gerência de Povos e Comunidades Tradicionais) - Rio de Janeiro
- Deputada Renata Souza
- Babá Adailton (Ilê Axé Omiojuarô)
- Ogan Aderbal (Rede Afroambiental)
- Pai Dário (Ilê Axé Oníșègùn)
- Makota Kidoialê (Kilombo Manzo)
- Pai Emerson de Oxossi (Quilombo do Bracuí- Angra)
- Iyá Wanda (Floresta da Tijuca)
- Iyá Martha de Oxum (Rede Justiça Climática Criola / Reserva Santa Cruz da Serra)
- Iyá Monica de Oba (Vozes negras pelo Clima - Guapimirim)
- Instituto Alana (Guilherme Lobo Pecoral)
- Geledés Instituto da Mulher Negra (Thaynah Gutierrez)
- Instituto Decodifica (Mariana de Paula)
- CEM - Serra da Misericórdia (Ana Tobossi)



## JUSTIFICAÇÃO

Historicamente, os territórios dos povos e comunidades tradicionais de matriz africana foram constituídos como espaços de resistência, preservação da memória coletiva e reprodução de saberes ancestrais, desempenhando papel fundamental na proteção de ecossistemas, na manutenção da biodiversidade e na promoção de práticas sustentáveis de relação com a natureza. Contudo, a ausência de instrumentos adequados de ordenamento territorial e de políticas públicas específicas tem contribuído para a invisibilização desses espaços e para a fragilização de seus direitos.

A discussão sobre zoneamento territorial para os povos de terreiro também representa um importante enfrentamento às desigualdades estruturais produzidas pelo racismo ambiental e pelo racismo religioso. Em diversos municípios brasileiros, normas urbanísticas e ambientais são aplicadas sem considerar as especificidades culturais e espirituais dessas comunidades, gerando conflitos fundiários, restrições ao uso tradicional do território e, em muitos casos, processos de remoção ou inviabilização de suas atividades religiosas e comunitárias. Tal cenário compromete o exercício dos direitos culturais e religiosos protegidos pelos artigos 215 e 216 da Constituição Federal, bem como o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado previsto no artigo 225.

Além de sua dimensão cultural e religiosa, os territórios de terreiro constituem importantes espaços de educação ambiental, preservação de conhecimentos tradicionais e fortalecimento da agricultura familiar e ecológica. Muitos desses espaços mantêm áreas verdes, espécies nativas e práticas de manejo ancestral que contribuem diretamente para a conservação ambiental e para a construção de cidades mais sustentáveis e inclusivas. Dessa forma, a formulação de diretrizes de zoneamento que reconheçam essas contribuições representa uma oportunidade de promover modelos inovadores de gestão territorial baseados na participação comunitária e na valorização da diversidade sociocultural brasileira.

Nesse contexto, o seminário pretende reunir representantes do poder público, pesquisadores, movimentos sociais, lideranças religiosas e comunidades tradicionais para debater os desafios e as perspectivas relacionados à regularização, proteção e reconhecimento dos territórios de terreiro. O encontro buscará construir subsídios



técnicos, jurídicos e políticos que contribuam para a elaboração de políticas públicas voltadas à garantia da permanência dessas comunidades em seus territórios, fortalecendo mecanismos de reparação histórica, justiça socioambiental e promoção dos direitos humanos e culturais da população de matriz africana.

Sala das Comissões, em                      de                      de 2026.

**Deputada TALÍRIA PETRONE**  
**PSOL/RJ**

Apresentação: 03/06/2026 16:31:12.457 - CDHMI/RJ

**REQ n.67/2026**

